

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 470.380 - MG (2014/0021677-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : MARIA D APARECIDA MENDONÇA MONTEIRO  
**AGRAVANTE** : MARIA DAYRELL BRASIL  
**AGRAVANTE** : MARIA DOLORES CORUJO FERNANDES  
**AGRAVANTE** : MARTA DORA NEVES SANTOS  
**AGRAVANTE** : MARIA DAS DORES CAFFARO DUARTE  
**AGRAVANTE** : MARIA DAS DORES GONZAGA  
**AGRAVANTE** : MARIA DAS DORES SOARES  
**AGRAVANTE** : MARIA DULCE RESENDE VALADARES  
**AGRAVANTE** : MARIA EDELVIRA GALVÃO PEREIRA  
**AGRAVANTE** : MARIA ELISA CERCHI  
**AGRAVANTE** : MARIA ELVIRA PEIXOTO  
**AGRAVANTE** : MARIA EPHIGÊNIA P BRANDÃO  
**AGRAVANTE** : MARIA EUGÊNIA BAETA NEVES  
**AGRAVANTE** : MARIA DE FÁTIMA FERREIRA  
**AGRAVANTE** : MARIA FERNANDES MACHADO  
**AGRAVANTE** : MARIA FERNANDES NABUCO  
**AGRAVANTE** : MARIA DIVINA CAETANO DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : MARIA DAS DORES COBÉRIO CAETANO  
**AGRAVANTE** : MARIA ERISMAN PEREIRA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO JUNIOR - MG055150  
LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA - MG077576  
RAQUEL ANDRADE CHAVES E OUTRO(S) - MG136348  
**AGRAVADO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : ALESSANDRO FERNANDES BRAGA E OUTRO(S) - MG072065

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

*In casu*, a inadmissão do especial se deu com base nos seguintes fundamentos: ausência de violação do art. 535 do CPC/1973 e incidência das Súmula 7 do STJ e 283 e 284 do STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente a incidência da Súmula 283 do STF, porquanto não é suficiente a apresentação de razões genéricas sobre o óbice apontado pela decisão de inadmissibilidade, sendo exigível do agravante o efetivo ataque aos seus fundamentos.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Sem majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator